

Defender a Universidade e os direitos da categoria

Plenária avança na organização do **CHAPÃO DA ADUNESP** para as eleições aos colegiados centrais deste ano

A organização do **Chapão da Adunesp**, com vistas às eleições para os colegiados centrais da Unesp deste ano, foi o tema central na Plenária Estadual de 15/6/2019, realizada no Instituto de Artes (IA) da Unesp, em São Paulo.

Promovidas pela Unesp a cada dois anos, as eleições para os órgãos colegiados centrais – Conselho Universitário, CEPE, CADE e outros – acontecem neste segundo semestre. Assim como fez nos pleitos anteriores, a Adunesp está promovendo uma série de plenárias estaduais, que resultarão na organização de um conjunto de candidatas – o **Chapão da Adunesp** – que assumem o compromisso de defender, em cada um dos colegiados centrais, as posições políticas e propostas que contribuam para a construção, na prática, de uma universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Os presentes à Plenária de 15/6 discutiram a proposta de texto para a Carta Programa do Chapão, que sintetiza os princípios e propostas a serem defendidos pelos candidatas. Sob o mote geral “**A Universidade necessária: Da que temos à que queremos**”, esse texto, conforme deliberado pela Plenária, será encaminhado a todas as subseções e representantes de base da Adunesp, e para colegas que estão em campi onde a Adunesp ainda não está organizada, para que seja discutido e aperfeiçoado. O objetivo é iniciar um processo de construção da **Carta Programa do Chapão**, que será concluída depois de ser apreciada e receber contribuições da categoria docente. Em sua versão inicial, procura destacar os desafios que se apresentam neste momento, que dizem respeito ao modelo de universidade que sempre defendemos, e a



alguns princípios que devem ser assumidos pelos membros do Chapão que forem eleitos para atuar nos colegiados e câmaras assessoras.

A crise aguda por que passam as universidades públicas paulistas e, em especial, a Unesp, tem múltiplas faces que se articulam entre si, apontando para uma trajetória de deterioração da sua condição de produzir formação de qualidade para os estudantes de graduação e de pós-graduação, e de pesquisa socialmente relevante que alargue os limites do conhecimento científico e tecnológico, e de contribuir concretamente para a melhoria das condições de vida da maioria da população paulista e brasileira. A política institucional que vem sendo implementada na Unesp tem replicado para dentro da nossa universidade as políticas de desmonte das universidades públicas brasileiras, promovidas pelos governos federal e estadual. E, até agora, os colegiados centrais não têm tido força suficiente para resistir e impor limites a essas políticas, como é o caso da aceitação acrítica pelo Conselho Universitário - salvo honrosas exceções - da assinatura do Termo de Compromisso com duas secretarias de governo, que rebaixa a autonomia da Unesp e veta o aporte de recursos adicionais oriundos da arrecadação do ICMS; da imposição das reformas acadêmica e administrativa sem a de-

vida discussão com a comunidade; da desconsideração, muitas vezes arrogante, das vozes discordantes, sejam elas de conselheiros ou de colegiados locais; da mudança na prioridade de contratação em RDIDP para RTC; da alteração dos critérios para a obtenção do título de livre docente e para o concurso de professor titular; contribuindo, assim, decisivamente para mudar o caráter da Unesp, de uma universidade fundada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, para uma universidade quase que exclusivamente de ensino, ou seja, um grande colégio de terceiro grau, com pequenas ilhas de “excelência” dedicadas à pesquisa.

Além disso, temos a recente iniciativa do governo Doria com a instalação da CPI das Universidades na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), cujo objetivo indistigável é desmoralizá-las para justificar o corte de recursos públicos e medidas que desfiguram a sua função social e sua produção de conhecimento, submetendo-as completamente à lógica do mercado e ao uso privado da sua capacidade instalada e do seu pessoal altamente qualificado.

Diante desse cenário extremamente grave, a Plenária considera que é urgente e necessário que os colegiados recuperem o seu protagonismo por meio da eleição de um conjunto de conselheiros comprometidos com um processo de reconstrução da Unesp, a partir do estado de esgarçamento em que ela se encontra neste momento. É preciso que todos os colegiados, em especial os colegiados centrais, sejam capazes de propor políticas que restabeleçam as condições de pleno funcionamento da nossa universidade,



redesenhando a sua trajetória numa direção diversa daquela que o atual reitor tenta nos impor. É hora de superarmos a crença da atual reitoria de que a aceitação das restrições das contratações, da suspensão das carreiras, bem como a implantação da política de arrocho salarial, entre outras, que implicam inevitavelmente no sucateamento da universidade... evitarão o sucateamento da universidade.

Os presentes à Plenária

Estadual de 15/6 saíram da atividade incumbidos de debater em suas bases a proposta de Carta Programa do Chapão para as eleições de 2019. Isso deve ser feito até a **próxima Plenária Estadual, em 3/7/2019**, em São Paulo, quando o texto será fechado e, também, será aprofundado o debate em torno de nomes e estratégias para o Chapão neste ano.

A proposta de Carta Programa do Chapão segue anexa a este boletim.

Data-base 2019

Plenária mantém estado de greve e orienta representantes no CO a cobrarem debate sobre isonomia

A Plenária Estadual também debateu a data-base 2019. Foram dados informes sobre o ato estadual promovido pelo Fórum das Seis na Unicamp, no dia 12/6. Uma comissão de representantes dos sindicatos foi recebida pelo secretário do Cruesp, professor José Antônio Rocha Gontijo. Eles cobraram a reabertura das negociações, fechadas unilateralmente, tanto para seguir discutindo as questões salariais, como os demais pontos da Pauta Unificada 2019, com destaque para a ampliação da quebra da isonomia na Unesp. Também frisaram a necessidade de manter a mesa de diálogo entre as partes, especialmente num momento em que as universidades passam por uma série de ataques, como é o caso da instituição de uma CPI na Assembleia Legislativa.

Gontijo concordou que é preciso cerrar fileiras em torno da defesa das universidades, mas não se comprometeu com a reabertura das negociações, limitando-se a lembrar que isso deve ocorrer em meados de outubro.

Feito o debate sobre os rumos

da data-base 2019, os presentes aprovaram a manutenção do estado de greve, decidido na Assembleia Geral de 5/6, como forma de ampliar a mobilização nos *campi*. O objetivo é cobrar da reitoria da Unesp que respeite a isonomia e corrija a diferença salarial entre os docentes das três universidades públicas paulistas, imposta com os “zeros” de 2016 e 2019. Os docentes da USP e da Unicamp, embora com reajustes abaixo até da inflação dos últimos 12 meses, já percebem uma remuneração 5,27% acima da nossa, o que configura um aprofundamento da quebra da isonomia.

As formas de mobilização e calendário de lutas serão pontos de pauta na Plenária Estadual de 3/7.

Cobrar debate no CO

A Plenária de 15/6 aprovou indicar aos representantes do Chapão da Adunesp no Conselho Universitário (CO) que solicitem a inclusão de um ponto pauta – “isonomia nas universidades estaduais paulistas” – na próxima reunião do colegiado, marcada para 27/6.

Repúdio à repressão na greve geral



Os presentes à Plenária Estadual da Adunesp em 15/6 fizeram um rápido balanço da greve geral de 14/6. A estimativa é que houve paralisações e manifestações públicas em 380 cidades do país, com expressiva adesão na educação em todos os níveis, transportes, bancos, petroleiros, metalúrgicos e outros.

Assim como o 15M e o 30M, o 14J levou centenas de milhares às ruas, com foco na luta contra a reforma da Previdência, contra os cortes na educação e por mais emprego. A maioria dos *campi* da Unesp aderiu ao dia de paralisação.

Especialmente em SP, Porto Alegre e RJ, houve repressão policial e violência contra manifestantes. Na capital paulista, 10 manifestantes (7 estudantes e 3 funcionários da USP) foram presos aleatoriamente e acusados sem qualquer prova de “ações criminosas”. Eles foram soltos somente no dia seguinte, após intervenção de advogados de sindicatos e realização de vigília em frente ao Fórum da Barra Funda, com a presença de parlamentares como Eduardo Suplicy, Carlos Giannazi e Sâmia Bonfim.

Os presentes à Plenária Estadual da Adunesp manifestaram repúdio contra a injustificada repressão às legítimas manifestações populares. Eles saudaram uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, expedida na véspera da greve geral, confirmando o direito à paralisação para motoristas de ônibus no interior do estado de São Paulo. A sentença, proferida pelo desembargador Jorge Luiz Souto Maior, definiu uma multa de R\$ 1 milhão por cada ato “antissindical”, definido por ele como “dar continuidade aos serviços sem negociar com o sindicato ou a comissão de greve” ou “valer-se de qualquer força opressiva, inclusive policial, para reprimir ou inviabilizar atos pacíficos e falas dos trabalhadores em greve”.



Ato do F6 a Unicamp, em 12/6: solidariedade à Unesp, contra a quebra da isonomia